



9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Alfredo Cristiano Carvalho Homem

Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - Centro
Tel.: (XX11) 3101-4501 - Email: novertd@9rtd.com.br - Site: www.cdtsp.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 59.707 de 15/02/2023

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **107 (cento e sete) páginas**, foi apresentado em 01/02/2023, protocolado sob nº 93.864, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **59.707** e averbado no registro nº 36.680 de 18/11/2013 no Livro de Registro A deste 9º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

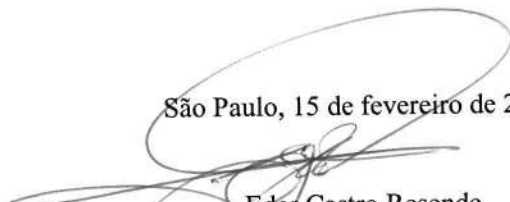
Denominação

IMED INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO
CNPJ nº 19.324.171/0001-02

Natureza:

ATA

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023



Eder Castro Resende
Oficial Substituto

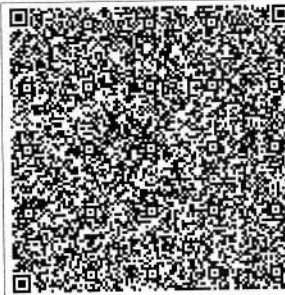
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 736,15	R\$ 210,11	R\$ 143,42	R\$ 38,90	R\$ 50,08
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 35,56	R\$ 15,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.229,65



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00201382902005039



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137614PJAF000009740BC239



IMED
INSTITUTO DE
MEDICINA,
ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO

CUIDANDO
COM RESPEITO

13/01/23
1440


**AO ILMO. 9º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA DA CAPITAL-SP.**



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO**, associação civil sem fins lucrativos devidamente inscrita junto ao
CNPJ/MF sob o nº 19.324.171/0001-02, com sede nesta Capital, à Rua Itapeva, 202, cj. 34,
Bela Vista, neste ato representada por seu procurador, que subscreve a presente, vem
requerer se digne esta d. Serventia de promover ao registro da Ata de Reunião do
Conselho de Administração da Entidade, datada de 10/01/2023 (documento anexo).

Pede deferimento.

São Paulo-SP, 10 janeiro de 2.023.


Alexandre Koslovsky Soares
OAB/SP nº 197.302

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, **IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 19.324.171/0001-02, com sede na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000, neste ato representado na, forma do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **SR. DONATO LUIZ PERILLO**, brasileiro, viúvo, cirurgião dentista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.081.102 SSP-SP e do CPF/MF sob nº 066.903.608-06, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Salete, nº 222, apartamento 10-C, CEP 02016001, e por seu Diretor Financeiro, **SR. ANDRÉ SILVA SADER**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.044.816-2 SSP-SP e do CPF nº 170.725.418-45, residente e domiciliado na Rua Guilherme Ceschin, nº 120, Jardim das Paineiras, Cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, CEP.: 13874-716, nomeiam e constituem seus bastante procuradores, o **DR. ALEXANDRE KOSLOVSKY SOARES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 24.466.189-3 SSP-SP e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 259.913.258-47 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o n.º 197.302, e o **DR. ANDRÉ FONSECA LEME**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 20.737.340-1 SSP-SP e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 275.226.198-58 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o n.º 172.666, ambos com endereço profissional na Avenida Paulista, n.º 1.009, conjunto 601, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-100, ao qual confere os poderes da cláusula “ad judicium et extra” para, em conjunto ou isoladamente, representarem o Outorgante perante Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais e ou de Pessoas Jurídicas, Oficiais de Registros de Títulos e Documentos, Secretaria da Receita Federal do Brasil e

 TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO
Autenticado e registrado eletronicamente, conforme
o original a mim apresentado, do que dou fé.

IMED – Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento

Sede: Rua Itapeva, nº 202, Conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000

www.imed.org.br – financeiro@imed.org.br





IMED

EUANDO
COM RESPEITO



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para (1) participarem de chamadas ou chamamentos públicos, inclusive de sessões públicas, assinando e firmando declarações, termos, questionamentos, impugnações, atas, recursos e todos os demais atos e documentos inerentes; (2) abrirem, encerrarem e movimentarem contas bancárias; (3) apresentarem e retirarem quaisquer documentos; (4) assinarem cartas de preposição para uso em processos judiciais e extrajudiciais, bem como requerimentos, formulários, contratos e carteiras de trabalho (CTPS) e termos de rescisão (TRCT) de colaboradores; (5) firmarem compromisso, declarações e contratos públicos ou privados; (6) contestarem, recorrerem e proporem todas as ações e medidas administrativas e judiciais que julgarem convenientes para defender os interesses do Outorgante, podendo inclusive celebrar acordos, receber e dar quitação; dando tudo por bom, firme e valioso, praticando enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, bem como substabelecê-lo a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes.

O presente instrumento tem validade por 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura, sendo ratificados todos os atos anteriormente praticados pelos procuradores retromencionados.

São Paulo, 10 de junho de 2022.



Donato Luiz Perillo
Diretor Presidente



André Silva Sader
Diretor Financeiro



autentico e presente da reprodução conforme original a mim apresentado, do que dou fé.

IMED – Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento

Sede: Rua Itapeva, nº 202, Conjunto 34, Bela Vista, Município de São Paulo, Capital, CEP 01332-000

www.imed.org.br – financeiro@imed.org.br





Registro Civil e Anexos de Aguas da Prata - SP
 Reconheço a(s) firma(s) Regina Teodoro Paciani
Regina Teodoro Paciani
Silvia Sade
 Data: 10 JUN 2022
 Hora: 11:26
 Regina Teodoro Paciani - Oficial
 Bianca Goqueti Nahus Paciani - Substituta
 Valor Recebido por firma R\$ 150
 Válido somente com o selo de autenticidade



12º TABELIÃO de NOTAS
 TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO-SP
 Alameda Espanha, 1.470 - São Paulo - SP - Cep: 01141-002
 JUIZ ALBERTO CAUENGO - TABELIÃO REGISTRADO Nº (11) 259-0277

Reconheço por semelhança 01 firma com valor econômico de DONATO LUIZ PERILLO e dou fe

 Selo: C11042AB374952
 SAO PAULO, 21 de Junho de 2022. Hr. 11:26
 Em Testemunho _____ da verdade. Vr. R\$11,40
 CLEBER GONCALVES - ESCRIVENTE

12º TABELIÃO DE NOTAS
 SANTOS 1470
 Cleber Gonçalves
 Escrevente Autorizado

TABELIÃO DE NOTAS
 SÃO PAULO

Autentico a presente cópia reprográfica, conforme original a mim apresentado, do que dou fé.





TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00746851

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.963/94)



SAB



QR Code

AUTENTICAÇÃO

124628

AUTENTICAÇÃO

AU1027AS0486836

MILLANE DMS DV INASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

SR 27 JUN. 2007

TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO
Autentica a presente copia fotografica, conforme o original e manuscrito, do qual dou fé.

VALIDO SOMENTE
COM O SELLO DE
AUTENTICIDADE

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SAO PAULO
IDENTIDADE DO ADVOGADO



NOME
ALEXANDRE KOSLOVSKY SOARES

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO NIGRO SOARES
LUDMILA KOSLOVSKY SOARES

NACIONALIDADE
SAO PAULO-SP

RS
24.486.189-3 - SSPSP

GRADUADO EM DEREITO E TRIBUTACAO
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
31/10/1978

CPF
258.913.258-47

VIA EXPEDIDO EM
01/02/2009

Luz Flavio
LUIZ FLAVIO BORGES D'URAO
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
197302



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE, EM 10.01.23, ÀS 14:30 H

Data, horário e local: 10 de janeiro de 2.023, às 14:30 h, na sede social, na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01332-000.

Presença: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Entidade, que assinaram a lista de presença anexa a esta Ata. Presente também o Diretor Presidente da Entidade, SR. DONATO LUIZ PERILLO, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade RG nº 2.081.102-0 SSP-SP e inscrito junto ao CPF/MF sob nº 066.903.608-06, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Salete, nº 222, apartamento 10 “c”, Santana, CEP 02016-001.

Convocação: Dispensada a convocação da Reunião do Conselho de Administração da Entidade, face à presença da totalidade de seus membros, nos termos do art. 30, § 3º, do Estatuto Social.

Mesa: VANDER LUÍS CARDOSO FORTUNATO, presidente da mesa de reunião; e DONATO LUIZ PERILLO, secretário da mesa de reunião, após receber e aceitar o convite realizado pelo presidente da mesa de reunião.

Ordem do dia da reunião do Conselho de Administração da Entidade: Discutir e deliberar sobre:

(1) apreciação e eventual aprovação do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN);

(2) apreciação e eventual aprovação do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL);

WFS
rep *[assinatura]*



(3) apreciação e eventual aprovação do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e do Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, referentes aos ao ano de 2.022, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF);

(4) apreciação e eventual aprovação do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB);

(5) apreciação e eventual aprovação do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN);

(6) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referente ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN);

(7) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contratos de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL);

(8) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referente ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e ao Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF);

(9) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB);

(10) apreciação e eventual aprovação das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN); e



(11) formalização da aprovação do parecer conclusivo do Conselho de Administração sobre as contas e demonstrações contábeis e financeiras referentes ao Hospital Estadual de Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN), Hospital Estadual de Luziânia (HEL), Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF), Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB) e Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN).

Deliberações Tomadas por Unanimidade:

(1) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN), aprovaram todos os seus termos;

(2) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL), aprovaram todos os seus termos;

(3) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório de execução, gerencial e de atividades dos Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e do Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, referentes ao ano de 2.022, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF), aprovaram todos os seus termos;

(4) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB), aprovaram todos os seus termos;

(5) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia do relatório de execução, gerencial e de atividades do Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, referente ao ano de 2.022, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), aprovaram todos os seus termos;

(6) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão nº



037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN), aprovaram todos os seus termos;

(7) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL), aprovaram todos os seus termos;

(8) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e do Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF), aprovaram todos os seus termos;

(9) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB), aprovaram todos os seus termos;

(10) os conselheiros, que declaram ter recebido previamente, cada qual, cópia das demonstrações financeiras e contábeis (ano de 2.022), referentes ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), aprovaram todos os seus termos; e


(11) os conselheiros aprovam o parecer conclusivo do Conselho de Administração sobre as contas e demonstrações contábeis e financeiras referentes ao Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN), Hospital Estadual de Luziânia (HEL), Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF), Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB) e Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), o qual referenda as conclusões constantes do relatório de auditoria externa e do parecer conclusivo do Conselho Fiscal. Ambos os pareceres, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, além do relatório de auditoria externa, seguem em anexo a esta Ata.


Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, fazem os conselheiros constar nesta ata que a administração da entidade é composta por: **(a) Conselho de Administração:** VANDER LUÍS

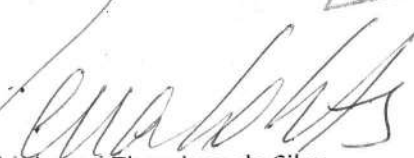


CARDOSO FORTUNATO, Presidente do Conselho de Administração, com mandato de 23.10.2019 até 23.10.2023 (eleito nos termos da alínea "a" do artigo 29 do Estatuto Social); GETRO DE OLIVEIRA PÁDUA, com mandato de 10.11.2022 até 10.11.2026 (reeleito e reconduzido nos termos da alínea "c" do artigo 29 c/c §§ 1º e 2º do Estatuto Social); DANIEL REBELLO FIGUEIREDO, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2023 (eleito nos termos da alínea "b" do artigo 29 do Estatuto Social); MARCELO SILVEIRA RIBEIRO, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2025 (eleito nos termos da alínea "a" do artigo 29 do Estatuto Social); MIGUEL TORTORELLI (eleito nos termos da alínea "a" do artigo 29 do Estatuto Social), com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2025; ANTÔNIO CARLOS DA VEIGA, com mandato de 10.12.2021 a 10.12.2023 (eleito nos termos da alínea "b" do artigo 29 do Estatuto Social); **(b) Diretoria:** DONATO LUIZ PERILLO, Diretor Presidente, com mandato de 31.03.2021 até 31.03.2025 (eleito nos termos da alínea "k" do artigo 32 do Estatuto Social); ANDRÉ SILVA SADER, Diretor Financeiro, com mandato atual desde 31.03.2021 até 31.03.2025 (eleito nos termos da alínea "k" do artigo 32 do Estatuto Social); e DR. ANDREY AMORIM DE LIMA, Diretor Administrativo, com mandato de 10.11.2022 até 10.11.2026 (eleito nos termos da alínea "k" do artigo 32 do Estatuto Social); **(c) Conselho Fiscal:** JOSÉ RONALD ROCHA, Presidente do Conselho Fiscal, com mandato de 31.03.2022 até 31.03.2025 (membro titular reconduzido nos termos dos artigos 41 A e 41 B do Estatuto Social); FERNANDA BATISTA DE SOUZA, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (membro titular eleita nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); MÁRCIO WILLIAN BATISTA DE SOUZA, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (membro titular eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); MADELY FERRARI DE SANTI, com mandato de 31.03.2022 até 31.03.2025 (membro suplente reconduzida nos termos dos artigos 41 A e 41 B do Estatuto Social); WELINTON ROBERTO DE CARVALHO, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (membro suplente eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social); e JOHN FLAVIN DE ALMEIDA PRADO, com mandato de 10.12.2021 até 10.12.2024 (membro suplente eleito nos termos do artigo 41 A do Estatuto Social).

NOTOS 1470
Gonçalves
Autorizado


DONATO LUIZ PERILLO
Presidente da mesa de reunião


VANDER LUÍS CARDOSO FORTUNATO
Secretário da mesa de reunião


Visto por Renato Hildebrand Theodoro da Silva
OAB/SP nº 130.626

12º TABELIÃO de NOTAS
JOÃO ALBERTO GALDIENCI

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO-SP
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
JOÃO ALBERTO GALDIENCI - TABELIÃO DE NOTAS - Fone: (11) 3049-6277

Reconheço por semelhança 03 firmas sem valor econômico de DONATO LUIZ PERILLO, VANDER LUIS CARDOSO FORTUNATO e RENATO HILDEBRAND THEORO DA SILVA e dou fé. *****
Seio: S21042AA654481, S11042AC242857
SAO PAULO, 19 de Janeiro de 2023. Hr. 15:41
Em Testemunho _____ da verdade. Vr. R\$24,00
CLEBER GONCALVES - ESCRIVENTE





LISTA DE PRESENÇA ANEXA À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE, REALIZADA EM 10.01.2023, ÀS 14:30 H.

(a) **Vander Luís Cardoso Fortunato**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elizabete Sabatini, nº 58, Vila Primavera, CEP 09760-110, portador da cédula de identidade RG nº 18.149.865-0 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 097.166.268-19

(b) **Getro de Oliveira Pádua**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado na Cidade de Trindade, Estado de Goiás, à Rua 24, Quadra 168, Lote 12-A, nº 177, Vila Pai Eterno, CEP 75380-000, portador da cédula de identidade RG nº 1575497 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 036.419.156-27

(c) **Donato Luiz Perillo**, brasileiro, divorciado, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade RG nº 2.081.102-0 SSP-SP, inscrito junto ao CPF/MF sob nº 066.903.608-06, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Salete, nº 222, apartamento 10-c, Santana, CEP 02016-001

(d) **Daniel Rebello Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.539.251-8 SSP-RJ, inscrito junto ao CPF sob nº 087.738.698-64, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Itapura, nº 267, apartamento 83, Vila Gomes Cardim, CEP 03310-000

(e) **Marcelo Silveira Ribeiro**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG 16.963.643-4 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob nº 154.130.548-58, residente e domiciliado à Rua São Marcelo, nº 92, Vila Gustavo, São Paulo, Capital, CEP 02250-050

(f) **Miguel Tortorelli**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG 3.411.656 SSP-SP, inscrito junto ao CPF/MF sob nº 683.748.798-15, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Jabuticatubas, nº 181, Jardim França, CEP 02339-050



(g) **Antônio Carlos da Veiga**, brasileiro, solteiro, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, portador da cédula de identidade RG nº 34.238.598-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 045.349.986-43, residente e domiciliado na cidade de Formosa, Estado de Goiás, à Rodovia GO-458, KM 04, Estrada Vicinal à Direita, S/N, CXPST 155, Zona Rural, CEP 73816-899

Antônio Carlos da Veiga

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

CNPJ nº 19.324.171/0001-02



PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE SOBRE AS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS REFERENTES AO HOSPITAL ESTADUAL DE TRINDADE - WALDA FERREIRA DOS SANTOS (HETRIN), HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA (HEL), HOSPITAL ESTADUAL DE FORMOSA - DR. CÉSAR SAAD FAYAD (HEF), HOSPITAL ESTADUAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - DR. GERALDO LANDÓ (HESLMB) E HOSPITAL ESTADUAL DO CENTRO-NORTE GOIANO (HCN) – EXERCÍCIO DE 2022

Ao Conselho de Administração do Imed

Em mãos

O Conselho Fiscal do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, associação sem fins lucrativos com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjunto 34, CEP 01332-000 e inscrita no CNPJ sob nº 19.324.171/0001-02, composto por **José Ronald Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, à Rua Soares de Camargo, nº 153, apto. 13, Boqueirão, CEP 11045-050, portador da cédula de identidade RG nº 3.076.216-9 SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 491.961.708-91; **Fernanda Batista de Souza**, brasileira, casada, profissional de marketing, portadora da cédula de identidade RG nº 27.174.215 SSP-SP, inscrita junto ao CPF sob o nº 281.528.798-60, residente e domiciliada à Rua Cisplatina, nº 927, apto. 03, Vila Pires, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09121-430; e **Márcio Willian Batista de Souza**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 40.217.875 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob o nº 326.674.208-70, residente e domiciliado à Rua Cisplatina, nº 927, apartamento 03, Vila Pires, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09121-430, tendo recebido e revisado as contas e demonstrações contábeis e financeiras do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, referentes ao Contrato de Gestão nº 37/2019-SES/GO celebrado com o Estado de Goiás, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda



Ferreira dos Santos (HETRIN); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Luziânia (HEL); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e ao Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), e que foram acompanhadas do parecer conclusivo de auditoria externa, decidiu, **por parecer unânime**, pela **aprovação** das mencionadas contas e demonstrações contábeis e financeiras, referentes ao ano de 2.022, nos termos em que foram apresentadas.

É o parecer deste Conselho Fiscal que que tais documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as atividades referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e ao Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó - HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), bem como suas posições patrimoniais e financeiras.

Assim sendo, em razão das atribuições deste órgão, determinadas pelo art. 41-D, alínea "c" do Estatuto Social, encaminhamos a V.Sas. as contas e demonstrações contábeis e financeiras aqui mencionadas, devidamente aprovadas por este Conselho

4



Fiscal, e colocamo-nos à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo-SP, 10 de janeiro de 2.023.


José Ronald Rocha


Fernanda Batista de Souza


Marcio Willian Batista de Souza

IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

CNPJ nº 19.324.171/0001-02



PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE SOBRE AS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS REFERENTES AO HOSPITAL ESTADUAL DE TRINDADE - WALDA FERREIRA DOS SANTOS (HETRIN), HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA (HEL), HOSPITAL ESTADUAL DE FORMOSA - DR. CÉSAR SAAD FAYAD (HEF), HOSPITAL ESTADUAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - DR. GERALDO LANDÓ (HESLMB) E HOSPITAL ESTADUAL DO CENTRO-NORTE GOIANO (HCN) – EXERCÍCIO DE 2022

O Conselho de Administração do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, associação sem fins lucrativos com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, nº 202, conjunto 34, CEP 01332-000 e inscrita no CNPJ sob nº 19.324.171/0001-02, composto por **Vander Luís Cardoso Fortunato**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rua Elizabete Sabatini, nº 58, Vila Primavera, CEP 09760-110, portador da cédula de identidade RG nº 18.149.865-0 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 097.166.268-19; **Getro Oliveira de Pádua**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado na Cidade de Trindade, Estado de Goiás, à Rua 24, Quadra 168, Lote 12-A, nº 177, Vila Pai Eterno, CEP 75380-000, portador da cédula de identidade RG nº 1575497 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.419.156-27; **Daniel Rebello Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 9.539.251-8 SSP-RJ, inscrito junto ao CPF sob o nº 087.738.698-64, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Itapura, nº 267, apto 83, Vila Gomes Cardim, CEP 03310-000; **Marcelo Silveira Ribeiro**, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 16.963.642-4 SSP-SP, inscrito junto ao CPF sob o nº 154.130.548-58, residente e domiciliado à Rua São Marcelo, nº 92, Vila Gustavo, São Paulo, Capital, CEP 02250-050; **Miguel Tortorelli**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 3.411.656 SSP-SP, inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 683.748.798-15, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Jabuticatubas, nº 181, Jardim França, CEP 02339-050; e **Antônio Carlos da Veiga**, brasileiro, solteiro, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, portador da cédula



de identidade RG nº 34.238.598-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 045.349.986-43, residente e domiciliado na cidade de Formosa, Estado de Goiás, à Rodovia GO-458, KM 04, Estrada Vicinal à Direita, S/N, CXPST 155, Zona Rural, CEP 73816-899, tendo recebido e revisado as contas e demonstrações contábeis e financeiras do IMED – INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, referentes ao Contrato de Gestão nº 37/2019-SES/GO celebrado com o Estado de Goiás, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos (HETRIN); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Luziânia (HEL); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e ao Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad (HEF); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó (HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, e cujo objeto é a gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), e que foram acompanhadas dos pareceres conclusivos de auditoria externa e do Conselho Fiscal da entidade, decidiu, **por parecer unânime**, pela **aprovação** das mencionadas contas e demonstrações contábeis e financeiras, referentes ao ano de 2.022, nos termos em que foram apresentadas.

É o parecer deste Conselho de Administração que tais documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as atividades referentes ao Contrato de Gestão nº 037/2019-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual Trindade - Walda Ferreira dos Santos - HETRIN); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 022/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Luziânia - HEL); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 036/2022-SES/GO e ao Contrato de Gestão nº 050/2022-SES/GO, celebrados junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de Formosa - Dr. César Saad Fayad - HEF); ao Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2022-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual de São Luís de Montes Belos - Dr. Geraldo Landó HESLMB); e ao Contrato de Gestão nº 080/2021-SES/GO, celebrado junto à Secretaria do



Estado de Saúde de Goiás (gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano - HCN), bem como suas posições patrimoniais e financeiras.

Assim sendo, em razão das atribuições exclusivas deste órgão, determinadas pelo art. 4º, IX da Lei Estadual nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, e pelo artigo 32 "i" do Estatuto Social da entidade, ficam aprovadas por este Conselho de Administração as contas e demonstrações contábeis e financeiras aqui mencionadas.

São Paulo-SP, 10 de janeiro de 2023.

Vander Luís Cardoso Fortunato

Getro de Oliveira Pádua

Daniel Rebello Figueiredo

Marcelo Silveira Ribeiro

Miguel Tortorelli

Antônio Carlos da Veiga



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO CERTIFICA, a pedido de pessoa interessada, que revendo os assentamentos do cadastro de pessoas jurídicas deste Conselho, deles verificou constar que a empresa **IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO, CNPJ/MF nº 19.324.171/0001-02**, localizado na **R ITAPEVA 202 CJ 34 - BELA VISTA – SAO PAULO/SP** acha-se registrado sob o nº. **959489** desde **07/11/2013**, tendo como Diretor(a) Técnico(a) o(a) **DR(A). WANIA SANCHES PICASSO - CRM/SP nº 79775. ERA**, o que se continha em ditos assentamentos, os quais vão aqui, bem e fielmente transcritos, e aos quais se reporta e da fé.

(A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 30/11/2023).



Emitido através do site <http://www.cremesp.org.br> em 21/11/2022 às 13:14:30
A autenticidade deste Certidão poderá ser verificada no endereço:
<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=ServicosEmpresasConsultaDocumentos>



Triade

AUDITORES E CONSULTORES

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Trindade

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Henrique Pereira





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Trindade**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanço Patrimonial.....	06
Demonstração do Resultado.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	09



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade
Trindade - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Trindade do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2022 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

(II) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segregava adequadamente os custos e despesas no exercício de 2021. Onde não havia sido possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos. Tal feito foi ajustado para o exercício de 2022. Assim sendo o efeito comparativo das demonstra es contábeis da unidade fica prejudicado.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 05 de janeiro de 2023

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - TRINDADE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em Reais)

Ativo	Notas		Passivo		Notas	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes	4	37.690.652	Fornecedores	8	2.892.762	
Contas a receber	5	90.648	Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.424.131	
Estoques	6	1.041.636	Obrigações fiscais e tributárias		206.900	
Outros Créditos		133.979	Outras Obrigações	10	41.790.949	
Total do ativo circulante		38.956.915	Total do passivo circulante		47.314.742	
Não circulante			Não circulante			
Outros Créditos de Longo Prazo		-	Outras Obrigações de Longo Prazo		384.884	
Imobilizado		-	Passivo Compensado	7	4.908.456	
Ativo Compensado	7	20.974.803	Total do passivo não circulante		5.293.340	
Total do ativo não circulante		20.974.803	Patrimônio social			
Total do ativo		59.931.718	Patrimônio Social		-	
			Superávit Acumulado		(2.099.271)	
			Total do patrimônio social		(2.099.271)	
			Total do passivo		50.508.810	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - TRINDADE
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	11	48.200.484	36.723.091
Custo dos serviços prestados		(39.676.956)	(5.393.494)
Resultado operacional bruto		8.523.528	31.329.597
(-/+ Despesas e receitas operacionais		-	
Despesas administrativas	12	(4.431.454)	(33.902.381)
Despesas tributárias		(199.801)	(23.628)
Resultado Financeiro		4.118.897	203.010
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	213.665
Resultado Antes das Provisões Tributárias		8.011.170	(2.179.737)
Superávit do Exercício		8.011.170	(2.179.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - TRINDADE



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	8.011.170	(2.179.737)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	(90.648)	645.421
Em valores de estoques	(631.136)	272.777
Em outros valores a receber	65.921	(140.553)
Em valores de Ativo Compensado	(15.952.983)	(1.120.294)
	<u>(16.608.846)</u>	<u>(342.649)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos		-
Em fornecedores	806.243	1.072.609
Em obrigações sociais e trabalhistas	379.339	656.056
Em obrigações tributárias e fiscais	68.887	27.140
Em outras obrigações	262.449	39.561.718
Em adiantamento de recursos	(15.818.689)	-
Em obrigações contratuais	(352.838)	-
Em passivo compensado	16.066.347	1.165.000
	<u>1.411.738</u>	<u>42.482.523</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(15.197.107)	42.139.874
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa	(7.185.937)	39.960.137
Saldo inicial de caixa	44.876.589	4.916.451
Saldo final de caixa	37.690.652	44.876.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
Trindade**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Trindade. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjuntos 33 e 34 e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Rua 3, número 255, quadra 04, lote 10 no município de Trindade, estado de Goiás.,

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 25 de agosto de 2019 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento** celebrou contrato n°. 037- 2019 com a secretaria de Estado de Saúde, para gestão gerenciamento e operacionalização e a execução de atividades do Hospital Estadual de Urgências de Trindade Walda Ferreira dos Santos. O contrato firmado tem prazo determinado de 48 meses. Para sua execução a administração optou por utilizar filial aberta exclusivamente para esse fim, no município de Trindade em Goiás.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 037-2019. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC N° 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência história e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas, a seguir são apresentadas as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos



No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1.Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais e medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	3.215	-
Aplicações Financeiras	37.687.437	44.876.589
	<u>37.690.652</u>	<u>44.876.589</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber diversos	90.648	-
	<u>90.648</u>	<u>-</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Estoques	965.656	410.500
Estoques de Terceiros	75.981	-
	<u>1.041.636</u>	<u>410.500</u>



7. Ativos e Passivos Compensados

<u>Ativo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ar Condicionado	86.771	111.007
Computadores e Periféricos	233.386	224.564
Máquinas e Equipamentos	64.861	1.987.749
Móveis e Utensílios	593.754	377.741
Veículos	25.465	25.465
Lavadeira	-	1.274.290
Centro de Parto	-	1.021.003
Comodato	-	-
Equipamento Hospitalar	3.304.886	-
Equipamento de Informatica	380	-
Equipamento de Telefonia	7.580	-
Equipamento de Refrigeração	19.852	-
Estoque Contrato de Gestao	384.884	-
Benfeitoria e Ampliação de Imoveis	16.252.984	-
	<u>20.974.803</u>	<u>5.021.820</u>

<u>Passivo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ar Condicionado	86.771	111.007
Computadores e Periféricos	233.006	145.991
Máquinas e Equipamentos	65.241	1.915.998
Móveis e Utensílios	593.754	357.398
Veículos	25.465	25.465
Lavanderia	-	1.274.290
Centro de Parto	-	1.078.307
Equipamento Hospitalar	3.304.886	-
Equipamento de Informatica	380	-
Equipamento de Telefonia	7.580	-
Equipamento de Refrigeração	19.852	-
Estoque Contrato de Gestao	384.884	-
Benfeitoria e Ampliação de Imoveis	16.252.984	-
	<u>20.974.803</u>	<u>4.908.456</u>

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato



8. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	3.699.005	2.892.762
	<u>3.699.005</u>	<u>2.892.762</u>

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com Pessoal	865.050	861.682
Provisões Trabalhistas	1.938.419	1.562.448
	<u>2.803.470</u>	<u>2.424.131</u>

10. Outras Obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Pagar	3.258	1.500
Adiantamento de Recursos	25.970.760	41.789.449
Estoque de Terceiros	203.388	-
Outras Contas	57.303	-
	<u>26.234.709</u>	<u>41.790.949</u>

11. Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de Subvenções	48.113.660	36.723.091
Receita de Doações	86.824	-
	<u>48.200.484</u>	<u>36.723.091</u>



12. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	-	(11.493.702)
Despesas Gerais	(4.431.454)	(65.049)
Despesas Operacionais	-	(22.343.629)
	<u>(4.431.454)</u>	<u>(33.902.381)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

14. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade provém, exclusivamente, do contrato nº. 037-2019, firmado entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Urgências do município de Trindade “Walda Ferreira dos Santos”.

O contrato teve início em 25 de agosto de 2019 e tem prazo de duração previsto para 48 meses, com encerramento no mês de agosto de 2023.



15. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2022 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Trindade** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco de mercado, que pode afetar os negócios do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de prestação de serviços, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais. Entretanto, a liquidez está diretamente ligada ao processo de renovação do contrato de gestão junto ao Governo do Estado de Goiás, do qual o Instituto depende incondicionalmente.



Triade

AUDITORES E CONSULTORES

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Henrique Pereira





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Luziânia**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanço Patrimonial.....	06
Demonstração do Resultado.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	09



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia
Luziânia - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Luziânia do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2022 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

(II) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segregava adequadamente os custos e despesas no exercício de 2021. Onde não havia sido possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos. Tal feito foi ajustado para o exercício de 2022. Assim sendo o efeito comparativo das demonstra es contábeis da unidade fica prejudicado.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 05 de janeiro de 2023

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel
Sócio Diretor
CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva
Sócio Diretor
CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	2.255.129	16.691.083	Fornecedores		-	4.014.284
Contas a receber		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	5	25.815	2.646.109
Estoques		-	589.414	Obrigações fiscais e tributárias		1.490	266.891
Outros Créditos		-	109.180	Outras Obrigações		671.141	3.338.394
Total do ativo circulante		2.255.129	17.389.677	Total do passivo circulante		698.445	10.265.679
Não circulante				Não circulante			
Outros Créditos de Longo Prazo		-	1.500	Outras Obrigações de Longo Prazo		-	-
Imobilizado		-	-	Passivo Compensado		-	2.866.591
Ativo Compensado		-	3.198.869	Total do passivo não circulante		-	2.866.591
Total do ativo não circulante		-	3.200.369	Total do patrimônio social		1.556.684	7.457.776
Total do ativo		2.255.129	20.590.046	Total do passivo		2.255.129	20.590.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	6	25.240.994	73.917.469
Custo dos serviços prestados		(29.267.708)	(11.225.849)
Resultado operacional bruto		(4.026.714)	62.691.620
(-/+) Despesas e receitas operacionais		-	
Despesas administrativas	7	(2.246.629)	(54.878.652)
Despesas tributárias		(129.799)	(43.763)
Resultado Financeiro		502.050	218.496
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	120.560
Resultado Antes das Provisões Tributárias		(5.901.092)	8.108.261
Superávit do Exercício		(5.901.092)	8.108.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - LUZIÂNIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	(5.901.092)	8.108.261
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	-	-
Em valores de estoques	-	304.046
Em outros valores a receber	700.094	(109.180)
Em valores de Ativo Compensado	3.198.869	222.515
	<u>3.898.963</u>	<u>417.381</u>
Acréscimo (decrécimo) de passivos		
Empréstimos		-
Em fornecedores	(4.014.284)	230.480
Em obrigações sociais e trabalhistas	(2.620.294)	1.144.913
Em obrigações tributárias e fiscais	(265.402)	(3.856)
Em outras obrigações	(1.696)	546
Em adiantamento de recursos	(2.665.557)	521.698
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	(2.866.591)	-
	<u>(12.433.824)</u>	<u>1.893.780</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(8.534.861)	2.311.162
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Acréscimo (decrécimo) em caixa	(14.435.953)	10.419.422
Saldo inicial de caixa	16.691.083	6.271.660
Saldo final de caixa	2.255.129	16.691.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
Luziânia**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Luziânia. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjuntos 33 e 34 e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Rua São Paulo, S/N, Quadra 15 Lote 14 Sala 03 - Santa Luzia - Luziânia – GO.

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 18 de maio de 2020 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento** celebrou **contrato de gestão emergencial nº 027/2020** com a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Regional de Luziânia - GO. O contrato firmado teve prazo de vigência de 180 dias podendo ser prorrogado da forma legal. Ao seu término o contrato foi prorrogado por 90 dias com prazo de vigência de, 14 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. No ano de 2021 celebrou se um novo **contrato de gestão**



emergencial nº 003/2021 que teve vigência até 02 de julho de 2021. Com a finalização desse contrato foi firmado um novo **contrato de gestão emergencial nº 047/2021** que durou de 03 de julho de 2021 à 02 de janeiro de 2022. Em 2022 foi celebrado o **contrato de gestão emergencial nº 022/2022** que tinha um prazo de vigência de 180 dias. No dia 13 de junho de 2022, o presente contrato foi encerrado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato n°. 022-2022. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC N° 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da



Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais e medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	9.351	2.058.760
Aplicações Financeiras	2.245.778	14.632.323
	<u>2.255.129</u>	<u>16.691.083</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com Pessoal	5.259	1.060.429
Provisões Trabalhistas	20.557	1.585.680
	<u>25.815</u>	<u>2.646.109</u>



6. Receita Operacional Liquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de Subvenções	25.221.305	73.917.440
Receita de Doações	19.689	29
	<u>25.240.994</u>	<u>73.917.469</u>

7. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	-	(14.724.452)
Despesas Gerais	(2.246.629)	(209.537)
Despesas Operacionais	-	(39.944.664)
	<u>(2.246.629)</u>	<u>(54.878.652)</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplica-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.



9. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade provém, exclusivamente do contrato de gestão, firmado entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Luziânia do município de Luziânia - GO

10. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2022 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Luziânia** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco de mercado, que pode afetar os negócios do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de prestação de serviços, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Formosa**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Henrique Pereira





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Formosa**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balço Patrimonial.....	06
Demonstração do Resultado.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	09



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa
Formosa - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Formosa do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2022 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

(II) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segregava adequadamente os custos e despesas no exercício de 2021. Onde não havia sido possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos. Tal feito foi ajustado para o exercício de 2022. Assim sendo o efeito comparativo das demonstra es contábeis da unidade fica prejudicado.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 05 de janeiro de 2023

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel

Sócio Diretor

CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva

Sócio Diretor

CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	123.939.492	131.588.921	Fornecedores	7	5.368.028	4.821.017
Contas a receber		215.540	-	Obrigações sociais e trabalhistas	8	3.059.979	2.339.114
Estoques	5	2.391.256	1.687.487	Obrigações fiscais e tributárias		705.234	280.909
Outros Créditos		17.084	72.758	Outras Obrigações	9	261.830	35.724
				Adiantamento de Recursos	9	106.358.051	113.806.829
Total do ativo circulante		126.563.372	133.349.166	Total do passivo circulante		115.753.123	121.283.594
Não circulante				Não circulante			
Outros Créditos de Longo Prazo				Outras Obrigações de Longo Prazo	6		
				Passivo Compensado		16.855.111	2.803.118
Total do ativo não circulante				Total do passivo não circulante		16.855.111	2.803.118
Total do ativo				Patrimônio social			
				Patrimônio Social			
				Superávit Acumulado		10.810.249	12.475.526
				Total do patrimônio social		10.810.249	12.475.526
				Total do passivo		143.418.483	136.562.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	10	69.844.910	72.445.767
Custo dos serviços prestados		(73.851.951)	(7.958.619)
Resultado operacional bruto		(4.007.042)	64.487.148
(-/+ Despesas e receitas operacionais		-	
Despesas administrativas	11	(8.975.529)	(49.850.969)
Despesas tributárias		(304.859)	(44.334)
Resultado Financeiro		11.622.153	210.186
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	(730.381)
Resultado Antes das Provisões Tributárias		(1.665.277)	14.071.649
Superávit do Exercício		(1.665.277)	14.071.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - FORMOSA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	(1.665.277)	14.071.649
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	(1.271.439)	-
Em valores de estoques	567.671	(803.010)
Em outros valores a receber	55.673	(70.757)
Em valores de Ativo Compensado	(6.789.007)	524.394
	<u>(7.437.102)</u>	<u>(349.373)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos		-
Em fornecedores	547.011	(222.022)
Em obrigações sociais e trabalhistas	720.865	1.145.258
Em obrigações tributárias e fiscais	424.325	47.493
Em outras obrigações	226.106	12.338
Em adiantamento de recursos	(7.448.778)	113.806.829
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	14.051.993	-
	<u>8.521.522</u>	<u>114.789.897</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.084.420	114.440.523
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	(6.853.033)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(6.853.033)	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa	(7.433.890)	128.512.173
Saldo inicial de caixa	131.588.921	3.076.748
Saldo final de caixa	124.155.032	131.588.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE
Formosa**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa
Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.
(valores em Reais)**

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Formosa. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjuntos 33 e 34 e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Avenida Maestro João Luiz do Espírito Santo - 480 - salas 203 e 204 - Jardim Califórnia - Formosa – GO.

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

Ao dia 19 de maio de 2020 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento** celebrou **contrato de gestão emergencial nº 026/2020** com a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do Hospital Municipal de Formosa - GO Dr. César Saad Fayad. O contrato firmado teve prazo de vigência de 180 dias. Ao seu término o contrato foi prorrogado por



48 (quarenta e oito dias) com prazo de vigência de 14 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Com o encerramento desse contrato foi celebrado o **contrato nº 004/2021** que teve sua vigência até 02 de julho de 2021. Após foi iniciado o **contrato nº 049/2021** com um prazo de duração de 03 de julho de 2021 à 02 de janeiro de 2022. Em 2022 foi celebrado o **contrato de gestão emergencial nº 036/2022** com prazo de vigência até 30 de junho de 2022. Com o encerramento do último contrato de gestão emergencial foi celebrado o **contrato de gestão nº 050/2022** que tem prazo determinado de 48 meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas aos contratos nº. 036-2022 e 050-2022. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.



a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.



O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais e medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser



mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.



j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	12.607.364	121.772.196
Aplicações Financeiras	111.332.128	9.816.726
	<u>123.939.492</u>	<u>131.588.921</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Estoques	1.271.439	1.470.249
Estoques de Terceiros	1.119.816	217.238
	<u>2.391.256</u>	<u>1.687.487</u>



6. Ativos e Passivos Compensados

<u>Ativo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ar Condicionado	87.719	40.008
Computadores e Periféricos	607.117	62.470
Máquinas e Equipamentos	205.941	2.989.954
Móveis e Utensílios	556.722	120.639
Equipamento Hospitalar	5.206.591	-
Equipamento de Telefonia	149	-
Equipamento de Refrigeração	17.358	-
Equipamento Diagnostico	836	-
Equipamento Eletroeletronico	19.568	-
Equipamento Cirurgico	151.031	-
Benfeitoria e Ampliação de Imoveis	10.002.078	-
	<u>16.855.111</u>	<u>3.213.071</u>

<u>Passivo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ar Condicionado	87.719	40.008
Computadores e Periféricos	607.117	(112.160)
Máquinas e Equipamentos	205.941	2.895.085
Móveis e Utensílios	556.722	(19.815)
Equipamento Hospitalar	5.206.591	-
Equipamento de Telefonia	149	-
Equipamento de Refrigeração	17.358	-
Equipamento Diagnostico	836	-
Equipamento Eletroeletronico	19.568	-
Equipamento Cirurgico	151.031	-
Benfeitoria e Ampliação de Imoveis	10.002.078	-
	<u>16.855.111</u>	<u>2.803.118</u>

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



7. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	5.368.028	4.821.017
	<u>5.368.028</u>	<u>4.821.017</u>

8. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com Pessoal	1.507.934	943.294
Provisões Trabalhistas	1.552.046	1.395.821
	<u>3.059.979</u>	<u>2.339.114</u>

9. Outras Obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Pagar	2.200	35.724
Adiantamento de Recursos	106.358.051	113.806.829
Estoque de Terceiros	259.630	-
Outras Contas	-	-
	<u>106.619.882</u>	<u>113.842.553</u>

10. Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de Subvenções	69.639.203	72.444.805
Receita de Doações	205.707	963
	<u>69.844.910</u>	<u>72.445.767</u>



11. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	-	(12.365.063)
Despesas Gerais	(8.975.529)	(196.838)
Despesas Operacionais	-	(37.289.068)
	<u>(8.975.529)</u>	<u>(49.850.969)</u>

12. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

13. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade provém, exclusivamente do contrato de gestão, firmado entre o Instituto e a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual de Formosa - GO Dr. César Saad Fayad no município de Formosa - GO.

Durante o exercício foram celebrados dois contratos, nº 036-2022 que se encerrou em julho. Com o encerramento desse contrato, foi celebrado o contrato nº 050-2022 que tem prazo de duração previsto para 48 meses, com encerramento no mês de julho de 2026.



14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2022 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Formosa** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco de mercado, que pode afetar os negócios do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de prestação de serviços, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais. Entretanto, a liquidez está diretamente ligada ao processo de renovação do contrato de gestão junto ao Governo do Estado de Goiás, do qual o Instituto depende incondicionalmente.



**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade São Luís de
Montes Belos**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Henrique Pereira





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
São Luís de Montes Belos**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	06
Demonstração do Resultado.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	09



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
**Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes
Belos**
São Luís de Montes Belos - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.



Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de São Luís de Montes Belos do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2022 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

(II) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segregava adequadamente os custos e despesas no exercício de 2021. Onde não havia sido possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos. Tal feito foi ajustado para o exercício de 2022. Assim sendo o efeito comparativo das demonstra es contábeis da unidade fica prejudicado.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 05 de janeiro de 2022

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel

Sócio Diretor

CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva

Sócio Diretor

CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE MONTES BELO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	334.727	12.112.710	Fornecedores	5	11.000	1.925.522
Contas a receber		-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.854.686
Estoques		-	1.193.777	Obrigações fiscais e tributárias		-	200.391
Outros Créditos		8.794	45.674	Outras Obrigações		-	218.238
				Adiantamento de Recursos		-	-
Total do ativo circulante		343.521	13.352.161	Total do passivo circulante		11.000	4.198.838
				Não circulante			
				Outras Obrigações de Longo Prazo		-	-
				Passivo Compensado		-	4.388.618
				Total do passivo não circulante		-	4.388.618
Não circulante				Patrimônio social			
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Patrimônio Social		-	-
Imobilizado		-	-	Superávit Acumulado		332.521	9.280.121
Ativo Compensado		-	4.515.415				
Total do ativo não circulante		-	4.515.415	Total do patrimônio social		332.521	9.280.121
Total do ativo		343.521	17.867.576	Total do passivo		343.521	17.867.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE MONTES BELO
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	6	16.680.663	46.676.551
Custo dos serviços prestados		(22.364.948)	(5.391.184)
Resultado operacional bruto		(5.684.286)	41.285.367
(-/+) Despesas e receitas operacionais		-	
Despesas administrativas	7	(3.544.363)	(34.223.093)
Despesas tributárias		(100.889)	(43.346)
Resultado Financeiro		381.938	147.993
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	(407.181)
Resultado Antes das Provisões Tributárias		(8.947.600)	6.759.740
Superávit do Exercício		(8.947.600)	6.759.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - SÃO LUÍS DE
MONTES BELO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	(8.947.600)	6.759.740
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	-	196.935
Em valores de estoques	1.193.777	(733.610)
Em outros valores a receber	36.880	(45.674)
Em valores de Ativo Compensado	4.515.415	(99.110)
	<u>5.746.072</u>	<u>(681.459)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos		-
Em fornecedores	(1.914.522)	(84.888)
Em obrigações sociais e trabalhistas	(1.854.686)	1.138.514
Em obrigações tributárias e fiscais	(200.391)	58.332
Em outras obrigações	(218.238)	206.456
Em adiantamento de recursos	-	-
Em obrigações contratuais	-	-
Em passivo compensado	(4.388.618)	-
	<u>(8.576.455)</u>	<u>1.318.413</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.830.383)	636.954
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa	(11.777.983)	7.396.694
Saldo inicial de caixa	12.112.710	4.716.016
Saldo final de caixa	334.727	12.112.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE

São Luís de Montes Belos

Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa

Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade São Luís de Montes Belos. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjuntos 33 e 34 e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Rua 03, S/N - Quadra 004 Lote 007B - Vila Popular - São Luis de Montes Belos – GO.

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 20 de outubro de 2020 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento** celebrou **contrato de gestão emergencial nº 050/2020** com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do HOSPITAL MUNICIPAL DR. GERALDO LANDÓ, em São Luís de Montes Belos - GO. O confirmado teve prazo de vigência de 180 dias podendo ser prorrogado da forma legal. Em 2021 celebrou o **contrato de gestão emergencial nº 021/2021** que vigorou até 16 de julho de 2021. Com a sua finalização foi então celebrado o **contrato nº 046/2021** com prazo de vigência de 17 de julho de 2021 à 16 de janeiro de



2022. No ano de 2022 celebrou o **contrato de gestão emergencial nº 024/2022** com vigência de 180 dias. O presente contrato foi encerrado em 13 de junho de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato nº. 024-2022. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência história e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de



eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais e medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.



k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	-	61.253
Aplicações Financeiras	334.727	12.051.457
	<u>334.727</u>	<u>12.112.710</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.

5. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores diversos	-	-
Fornecedores	(11.000)	1.925.522
	<u>(11.000)</u>	<u>1.925.522</u>



6. Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de Subvenções	15.507.805	46.676.551
Receita de Doações	1.172.858	-
	<u>16.680.663</u>	<u>46.676.551</u>

7. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	-	(9.277.986)
Despesas Gerais	(3.544.363)	(253.006)
Despesas Operacionais	-	(24.692.101)
	<u>(3.544.363)</u>	<u>(34.223.093)</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

9. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade provém, exclusivamente do contrato de gestão, firmado entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual Dr. Geraldo Landó, em São Luís de Montes Belos – GO.



10. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2022 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade São Luís de Montes Belos** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco de mercado, que pode afetar os negócios do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de prestação de serviços, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais.



**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E
DESENVOLVIMENTO – Unidade Uruaçu**

**DEMONSTRAÇÕES CONTABÉIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Henrique Pereira





**IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade
Uruaçu**

ÍNDICE

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	03
Balanço Patrimonial.....	06
Demonstração do Resultado.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	08
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	09



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu
Uruaçu - GO

Revisamos as demonstrações contábeis do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do superávit / déficit do exercício e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de



indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

(I) Por se tratar de uma revisão abrangendo somente a filial de Uruaçu do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** a administração optou por não divulgar a Mutação do Patrimônio Social, uma vez que a movimentação ocorrida em 2022 não reflete o patrimônio do Instituto como um todo.

(II) Devido às limita es dos controles internos existentes o Instituto não segregava adequadamente os custos e despesas no exercício de 2021. Onde não havia sido possível nos satisfazer por meios alternativos de auditoria, quanto a adequada segregação dos saldos apresentados na demonstra o de superávit/déficit do exercício dos saldos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e eventual necessidade de reclassifica o entre esses saldos. Tal feito foi ajustado para o exercício de 2022. Assim sendo o efeito comparativo das demonstra es contábeis da unidade fica prejudicado.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 05 de janeiro de 2023.

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP015090/O-5

Roberto Miguel

Sócio Diretor

CRC 1SP 137215/O-3

Henrique Pereira da Silva

Sócio Diretor

CRC 1SP 300369/O-2

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	14.626.539	9.889.941	Fornecedores	8	13.935.259	3.916.349
Contas a receber	5	39.041.309	23.071.431	Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.867.097	1.441.821
Estoques	6	3.851.721	5.413.747	Obrigações fiscais e tributárias		1.335.497	56.869
Outros Créditos		3.072.267	-	Outras Obrigações	10	909.481	10.000.000
Total do ativo circulante		60.591.836	38.375.119	Total do passivo circulante		24.047.335	15.415.039
Não circulante				Não circulante			
Outros Créditos de Longo Prazo		-	-	Outras Obrigações de Longo Prazo	7	32.974.533	5.496.402
Imobilizado		-	-	Passivo Compensado		-	18.453.386
Ativo Compensado	7	32.974.533	18.453.386	Total do passivo não circulante		32.974.533	23.949.788
Total do ativo não circulante		32.974.533	18.453.386	Patrimônio social			
Total do ativo		93.566.369	56.828.505	Patrimônio Social			
				Superávit Acumulado		36.544.501	17.463.679
				Total do patrimônio social		36.544.501	17.463.679
				Total do passivo		93.566.369	56.828.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional Líquida	11	207.156.538	23.071.431
Custo dos serviços prestados		(174.259.625)	(527.513)
Resultado operacional bruto		32.896.912	22.543.918
(-/+) Despesas e receitas operacionais		-	
Despesas administrativas	12	(14.317.812)	(5.080.646)
Despesas tributárias		(183.570)	(0)
Resultado Financeiro		685.291	407
Outras receitas e Despesas Operacionais		-	-
Resultado Antes das Provisões Tributárias		19.080.822	17.463.679
Superávit do Exercício		19.080.822	17.463.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IMED - INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - URUAÇU



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	19.080.822	17.463.679
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Em valores a receber	(15.969.878)	(23.071.431)
Em valores de estoques	1.562.027	(5.413.747)
Em outros valores a receber	(3.072.267)	-
Em valores de Ativo Compensado	(14.521.147)	(18.453.386)
	<u>(32.001.265)</u>	<u>(46.938.565)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Empréstimos		-
Em fornecedores	10.018.910	3.916.349
Em obrigações sociais e trabalhistas	6.425.276	1.441.821
Em obrigações tributárias e fiscais	1.278.628	56.869
Em outras obrigações	909.481	15.496.402
Em adiantamento de recursos	(10.000.000)	-
Em obrigações contratuais	(5.496.402)	-
Em passivo compensado	14.521.147	18.453.386
	<u>17.657.042</u>	<u>39.364.827</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(14.344.224)	(7.573.738)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições/Baixas ao imobilizado e intangível	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa	4.736.598	9.889.940
Saldo inicial de caixa	9.889.940	-
Saldo final de caixa	14.626.539	9.889.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – UNIDADE

Uruaçu

Notas Explicativas às demonstrações contábeis relativa

Ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

O IMED – INSTITUTO DE MEDICINA ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – Unidade Uruaçu. (“IMED” ou “Instituto”), é a filial de um Instituto sem fins lucrativos, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da saúde pública nacional, seja na execução e gestão de atividades médicas e assistenciais de interesse da população, seja na promoção de estudos relacionados a essas questões.

A sede social do Instituto matriz está situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, 202, conjuntos 33 e 34 e desta filial, objeto das demonstrações contábeis fica na Rua Anápolis, S/N, Quadra 28 - Lote 09-A sala 03 - Centro – Uruaçu.

Como forma de concretizar os conceitos que o edificaram, o IMED tem dentre as suas prioridades a participação, em cooperação com o Poder Público, na gestão de serviços de saúde, objetivando agregar a experiência de seus integrantes às demandas sociais mais prementes na área de atendimento hospitalar.

No dia 29 de novembro de 2021 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento** celebrou contrato de gestão com a secretaria de Estado de Saúde de Goiás, ao fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha, implantado nas dependências do HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU - HEMU, em Uruaçu- GO.

O presente contrato firmado tem prazo de vigência de 48 meses podendo ser prorrogado desde que demonstrado que as metas pactuadas foram alcançadas, a adequação dos



resultados e a aprovação das prestações de contas pelo PARCEIRO PÚBLICO, com observância do prazo máximo estabelecido pelo § 2º do art. 6º-F da Lei Estadual nº 15.503/2005. Ao dia 05 de janeiro de 2021 a secretaria Estado de Saúde de Goiás encaminhou Ofício ao Instituto com a solicitação de prorrogação do Contrato de Gestão Emergencial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas se referem exclusivamente à filial do Instituto onde estão sendo operacionalizadas as atividades relativas ao contrato nº. 080-2021. Essas demonstrações foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 (R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12.

Para o Instituto não há diferenças entre o superávit/déficit abrangente do exercício ou superávit/déficit do exercício. Desta forma, o Instituto apresenta apenas a demonstração do superávit/déficit.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração do Instituto faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, de forma significativa, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.



a.) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base na avaliação e qualificação dos riscos cuja a probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como nos aspectos aplicáveis.

b.) Redução ao valor recuperável de ativos

No final de cada exercício o Instituto revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

c.) Provisão para retenções contratuais

A provisão para retenções contratuais é constituída para levar o saldo de créditos diversos ao seu valor de recuperação com base na análise das possíveis glosas nas prestações de contas relativas aos serviços fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem:

a.) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando



sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b.) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber do Governo do Estado de Goiás no decurso normal das atividades do Instituto, gestão da Unidade de Saúde anteriormente mencionada. Os outros créditos são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, deduzidos de provisão para retenções contratuais para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

c.) Estoques

Materiais e medicamentos são avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos custos de transporte. Os valores de estoques não excedem os valores de custo de reposição ou de realização, e consideram as provisões para itens que apresentam giro lento ou estão obsoletos, quando consideradas pela administração.

d.) Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

e.) Outros ativos e passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o



Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

f.) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor nominal.

g.) Obrigações sociais e trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pelo Instituto, valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios e a provisão de férias.

h.) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas, quando necessário, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i.) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o resultado por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.



j.) Receitas de Subvenções

A receita de subvenções é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

A receita de subvenções é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos.

k.) Custos e Despesas

Os Custos são reconhecidos no resultado quando são transferidos riscos significativos e benefícios ao comprador e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	2.633.390	6.999.953
Aplicações Financeiras	11.993.150	2.889.988
	<u>14.626.539</u>	<u>9.889.941</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo do Instituto. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e são de resgate imediato.



5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber diversos	39.041.309	23.071.431
	<u>39.041.309</u>	<u>23.071.431</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Estoques	3.193.534	5.413.747
Estoques de Terceiros	658.186	-
	<u>3.851.721</u>	<u>5.413.747</u>



7. Ativos e Passivos Compensados

<u>Ativo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Computadores e Periféricos	-	845.916
Máquinas e Equipamentos	5.020.583	17.068.916
Móveis e Utensílios	1.947.834	538.554
Equipamento Hospitalar	17.375.792	-
Equipamento de Informatica	1.086.917	-
Equipamento de Telefonia	1.449	-
Equipamento de Refrigeração	66.232	-
Equipamento Diagnostico	260.491	-
Equipamento Eletroeletronico	-	-
Equipamento Cirurgico	1.718.833	-
Estoque Contrato de Gestao	5.496.402	-
	<u>32.974.533</u>	<u>18.453.386</u>

<u>Passivo Compensado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Computadores e Periféricos	-	845.916
Máquinas e Equipamentos	5.020.583	17.068.916
Móveis e Utensílios	1.947.834	538.554
Equipamento Hospitalar	17.375.792	-
Equipamento de Informatica	1.086.917	-
Equipamento de Telefonia	1.449	-
Equipamento de Refrigeração	66.232	-
Equipamento Diagnostico	260.491	-
Equipamento Cirurgico	1.718.833	-
Estoque Contrato de Gestao	5.496.402	-
	<u>32.974.533</u>	<u>18.453.386</u>

Os ativos e passivos compensados referem-se aos ativos oriundos do poder concedente já instalados na operação hospitalar, que deverão ser devolvidos ao término do contrato.



8. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores diversos	-	-
Fornecedores	13.935.259	3.916.349
	<u>13.935.259</u>	<u>3.916.349</u>

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações com Pessoal	3.506.903	1.289.699
Provisões Trabalhistas	4.360.194	152.121
	<u>7.867.097</u>	<u>1.441.821</u>

10. Outras Obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Pagar	1.085	-
Adiantamento de Recursos	-	10.000.000
Estoque de Terceiros	908.396	-
	<u>909.481</u>	<u>10.000.000</u>

11. Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta de Subvenções	202.054.000	23.071.431
Receita de Doações	5.102.538	-
	<u>207.156.538</u>	<u>23.071.431</u>



12. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	-	(1.602.980)
Despesas Gerais	(14.317.812)	(18.168)
Despesas Operacionais	-	(3.459.498)
	<u>(14.317.812)</u>	<u>(5.080.646)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme disposto no Artigo 174, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo decreto nº 3000, de 26 de março de 1999, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, o Instituto está isento do pagamento de impostos por desenvolver atividades para quais foi constituída e coloca-las a disposição de um grupo de pessoas ao qual os serviços se destinam e por não ter fins lucrativos. Adicionalmente, o Instituto está vedado de remunerar seus dirigentes e distribuir quaisquer tipos excedentes, devendo reaplicá-los na atividade objeto do Instituto. Tem também o Instituto a obrigação de cumprir determinadas formalidades estabelecidas em legislação específica, sob pena de perda de isenção.

14. Receitas de Subvenções

A receitas auferidas pela entidade provém, exclusivamente do contrato de gestão firmado entre o Instituto e a secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, para gestão, gerenciamento e operacionalização das atividades do Hospital Estadual Geral e Maternidade de Uruaçu – HEMU, no município de Uruaçu - GO



15. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 por valores que se aproximam ao valor de mercado nessa data. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste da vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento do Instituto, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Em 31 de dezembro de 2022 o **IMED - Instituto de Medicina e Estudos e Desenvolvimento – Unidade Uruaçu** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

O principal fator de risco de mercado, que pode afetar os negócios do Instituto, refere-se ao risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que o Instituto tenha caixa suficiente para atender os planos de prestação de serviços, quando aplicável, às exigências regulatórias externas ou legais. Entretanto, a liquidez está diretamente ligada ao processo de renovação do contrato de gestão junto ao Governo do Estado de Goiás, do qual o Instituto depende incondicionalmente.